

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.448.354 - SP (2019/0038303-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR : RAQUEL CRISTINA MARQUES TOBIAS E OUTRO(S) - SP185529
AGRAVADO : WANESSA BERTELLI MARINO FERRAZ
ADVOGADO : LILLIA MARIA FORMIGONI - SP213919

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"PENSÃO POR MORTE Benefício concedido a filha de ex- servidor público estadual (policia militar) falecido Posterior cancelamento com base em notícia recebida pela Administração de casamento da beneficiária Pleiteada a restituição dos valores recebidos da data do matrimônio até a data em que o pagamento foi suspenso administrativamente Ausência de prejuízo á autarquia diante da reversão Recurso de apelação da SPPREV não provido" (fl. 195e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 200/202e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Alegação de existência de omissão, no julgado - Não reconhecimento - Requisitos do art. 1.022, do NCPC não preenchidos - Caráter infringente do recurso - Embargos conhecidos e rejeitados" (fl. 204e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. 1.022 do CPC/2015 e 876 do Código Civil sustentando que:

"Da violação ao art. 1022, inciso II do Código de Processo Civil:

(...)

No presente caso, a recorrente pediu ao E. Tribunal Estadual que se pronunciasse a respeito da aplicação ao feito em apreço, do disposto no artigo 876 do CC, com o fito de viabilizar a interposição do recurso especial (prequestionamento da matéria) por violação a tal dispositivo.

Com efeito, a pretensão da autarquia, veiculada por meio de embargos de declaração, foi justamente forçar o Tribunal a apreciar a questão à luz do artigo 876 do CC, porque claramente o suporte fático trazido pela causa de pedir subsume-se a esta hipótese de incidência.

De fato, Wanessa recebeu dinheiro da SPPREV que não lhe era devido. Recebeu porque, de má-fé, escondeu da autarquia a celebração de seu casamento religioso (e, portanto, a constituição de união estável). A autarquia só continuou a pagar-lhe pensão porque não sabia de sua novel condição, tanto que, ao tomar conhecimento da mesma por denúncia anônima e confirmá-la, imediatamente cessou cautelarmente o pagamento do benefício.

Há, aí, uma percepção indevida de dinheiro por parte de Wanessa, de má-fé, e decorrente de pagamento feito pela autarquia não por desídia ou incúria, mas por desconhecer fato extintivo do direito previdenciário da requerida. Os fatos subsumem-se ao disposto no artigo 876 do CC, e geram, portanto, o direito de reaver o que foi pago indevidamente, direito este titularizado por quem pagou (a SPPREV).

Esta análise tinha que ser feita pelo Tribunal '*a quo*', ainda que insistisse em manter a improcedência da ação, com o fito de viabilizar a interposição do apelo especial por violação ao retro citado dispositivo. Até mesmo porque a existência de pagamento indevido é, repita-se, o argumento fulcral da pretensão exercida. Não o fazendo, deu azo à interposição de embargos de declaração, que deveriam ser conhecidos e acolhidos para tal mister.

Mas os embargos foram rejeitados, por se entender que não padeceria o aresto de quaisquer omissões quando, em verdade, existente, pelas razões supra expostas.

(...)

Da violação ao artigo 876 do CC.

Caso entenda-se suficientemente preenchido o requisito do prequestionamento, decidindo pela inexistência de omissão no acórdão que julgou o apelo autárquico, é de se reconhecer a violação ao disposto no artigo 876 do CC.

Conforme já ponderado, a constituição de união estável de Wanessa implicou em alteração de duas relações jurídicas distintas: uma a existente entre a SPPREV e Wanessa. Outra a existente entre a mãe de Wanessa e a SPPREV.

No que tange à relação jurídica existente entre SPPREV e Wanessa, a união estável desta última extinguiu o direito à percepção de pensão da requerida desde o momento em que identificada esta constituição (no caso, com o casamento religioso). Como tal fato foi ocultado por

parte da requerida da Administração, que apenas tomou conhecimento do mesmo por uma denúncia, houve pagamento indevido do benefício da data do matrimônio religioso até a suspensão cautelar do benefício. Confirmada a exclusão do rol de pensionistas de Wanessa, surgiu para a administração o direito a reaver o que pagara indevidamente. Notadamente porque o pagamento indevido decorreria da má-fé da autora, que não comunicara seu casamento religioso à SPPREV (evidência incontestada de união estável), e porque a autarquia não tinha condições de saber, antes de cientificada deste casamento religioso, que a requerida constituiria união estável.

Por outro bordo, a constituição de união estável por Wanessa, evidenciada pelo casamento religioso, alterou a relação jurídica existente entre a mãe da requerida e a autarquia, modificação consistente no aumento da cota-parte que era devida à primeira por força da extinção do benefício de sua filha advinda da constituição de união estável.

A mãe de Wanessa renunciou a este direito creditício. A SPPREV, todavia, não renunciou ao direito creditício em relação a Wanessa.

O que se verifica é que o Tribunal, de maneira absolutamente imprópria, está promovendo espécie de compensação entre a extinção do crédito da mãe de Wanessa pela renúncia e o crédito autárquico resultante do pagamento indevido, sob o argumento de que 'na prática, não vai ter prejuízo nenhum para a SPPREV, porque a mãe de Wanessa renunciou aos valores que lhe eram devidos'.

Realmente a SPPREV pagou a Wanessa valores que tinha que ter pago à sua mãe. E, ao assim proceder, pagou indevidamente, fazendo jus a receber de volta o que pagou ante o disposto no artigo 876 do CC.

O fato de a SPPREV ter pago estes valores a Wanessa não ilidiu, como não ilidiria, o direito de sua genitora de cobrar os valores correspondente ao acréscimo da cota parte da SPPREV. O que ilidiu este direito da genitora de Wanessa foi a renúncia dela própria a este crédito (renúncia enquanto causa extintiva de obrigação). Renúncia esta que tampouco tem o condão de alterar o direito creditício da SPPREV decorrente do pagamento indevido, sob pena de negar-se vigência ao citado artigo 876 do CC.

Tanto é que, caso não tivesse a mãe de Wanessa renunciado ao seu direito creditício, haveria de cobrar os valores em atraso da cota-parte acrescida da SPPREV, com quem tem a relação previdenciária. Não de sua filha. E não poderia a SPPREV alegar ilegitimidade de parte sob o argumento de que a pretensão deveria ser dirigida a quem

recebeu indevidamente estes valores (Wanessa). A decisão jurisdicional acerca fatalmente seria: quem pagou indevidamente que busque reaver os valores de quem recebeu indevidamente. E pague os valores a quem deveria tê-los recebido, pois que este direito creditício não foi extinto pelo pagamento indevido feito a outrem.

Quanto à má-fé da recorrida, restou plenamente evidenciada. Com efeito, ela não comunicou espontaneamente o seu matrimônio religioso, tanto que a autarquia soube do mesmo por força de denúncia anônima. E nem se diga que poderia alegar desconhecimento da lei (de que a união estável não extinguiu o benefício) porque a ninguém é dado desconhecer a lei. Ademais, a recorrida é advogada.

Evidenciada, deste modo, a violação ao artigo 876 do CC, justificadora do provimento ao presente apelo especial" (fls. 219/223e).

Por fim, "requer seja o presente recurso especial conhecido e provido, para o fim de reconhecer ter havido violação de lei federal, o que possibilitará ou a decretação da nulidade do v. acórdão que julgou os embargos de declaração, com a devolução do processo à instância de origem para que ocorra novo julgamento, suprindo-se a omissão apontada (sob pena de violação ao art. 1022, inciso II do Código de Processo Civil); ou a reforma daquele que decidiu o apelo, para julgar procedente a ação, fazendo cessar a violação ao artigo 876 do CC" (fl. 223e).

Contrarrazões, a fls. 227/233e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 234/235e), foi interposto o presente Agravo (fls. 238/247e).

Não houve contraminuta (fl. 257e).

Conheço do Agravo, todavia o Recurso Especial merece ser parcialmente conhecido e, nessa parte, não merece prosperar.

Na origem, trata-se de demanda proposta pela parte ora recorrente, com o objetivo de se ver restituída de valores pagos indevidamente à parte ora recorrida.

Julgado extinto o processo, sem resolução do mérito, recorreu a parte autora, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação ao art. 1.022 do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em omissão, uma vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão que julgou os Embargos Declaratórios apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

Assim, o acórdão de 2º Grau conta com motivação suficiente e não deixou de se manifestar sobre a matéria cujo conhecimento lhe competia, permitindo, por conseguinte, a

exata compreensão e resolução da controvérsia.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Por outro lado, não se presta a via declaratória para obrigar o Tribunal a reapreciar provas, sob o ponto de vista da parte recorrente (STJ, AgRg no Ag 117.463/RJ, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, DJU de 27/10/97), nem tampouco para provocar prequestionamento, se ausentes omissão, contradição ou obscuridade no julgado (STJ, AgRg no REsp 1.235.316/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/05/2011).

No mais, registre-se que as teses recursais – "percepção indevida de dinheiro por parte de Wanessa, de má-fé, e decorrente de pagamento feito pela autarquia não por desídia ou incúria, mas por desconhecer fato extintivo do direito previdenciário da requerida"; "a constituição de união estável de Wanessa implicou em alteração de duas relações jurídicas distintas: uma a existente entre a SPPREV e Wanessa. Outra a existente entre a mãe de Wanessa e a SPPREV"; "o Tribunal, de maneira absolutamente imprópria, está promovendo espécie de compensação entre a extinção do crédito da mãe de Wanessa pela renúncia e o crédito autárquico resultante do pagamento indevido, sob o argumento de que 'na prática, não vai ter prejuízo nenhum para a SPPREV, porque a mãe de Wanessa renunciou aos valores que lhe eram devidos'" –, não encontram amparo no dispositivo apontado como violado, vez que o art. 876 do Código Civil não possui conteúdo normativo do qual se possa extrair citadas teses, nem para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Ressalte-se que, na forma da jurisprudência desta Corte, "considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação recursal que alega violação de dispositivos legais cujo conteúdo jurídico não tem alcance normativo para amparar a tese defendida no recurso especial" (STJ, AgInt no AREsp 1.475.659/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 07/11/2019). E mais, "a fundamentação declinada pelo recorrente em suas razões recursais deve guardar pertinência temática com o conteúdo normativo dos dispositivos legais tidos por afrontados, sob pena de

incidência da Súmula nº 284 do STF" (STJ, AgInt no AREsp 1.472.307/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe de 03/10/2019).

Além disso, ainda que tal óbice sumular pudesse ser afastado – o que não é o caso, registra-se desde já –, observa-se que o Tribunal local firmou que "cabível a dúvida quanto a presença de má-fé no recebimento da pensão, durante o curto lapso de tempo entre o matrimônio (10/10/14 fl. 25) e a sua exclusão como beneficiária da pensão em razão da instauração do procedimento administrativo (02/03/15 fl. 27)" (fl. 197e) e que "diante da reversão, não houve prejuízo para a Administração" (fl.198e).

Entretanto, tais fundamentos não foram impugnados pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Se não bastasse, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a e b**, do RISTJ, conheço do Agravo, para conhecer parcialmente do Recurso Especial e, nessa parte, negar-lhe provimento.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora